

20/08/2015 07h41 - Atualizado em 20/08/2015 08h53

Brasileira convidada a investigar dívida grega diz que ela é ilegítima

Dívida grega corresponde a 177% de todas as riquezas que país produz. Maria Lucia Fattorelli é coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida.

Anay CuryDo G1, em São Paulo

Nas últimas décadas, a **Grécia gastou muito mais do que arrecadou** para garantir o compromisso assumido de pagar melhores salários e benefícios para sua população. Desde então, o país vem travando uma batalha com seus credores, que exigiram um forte "aperto de cinto" em troca de uma espécie de alívio para sua dívida, que hoje corresponde a 177% de todas as riquezas que produz.

Para o atual governo grego, comandado pelo Syriza – o primeiro partido antiausteridade da zona do euro – a dívida pode ter uma origem distinta da que é difundida. Para investigar os passos que levaram a economia do país à uma verdade crise, o Parlamento grego instaurou uma auditoria da qual faz parte a brasileira Maria Lucia Fattorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, uma associação nacional, sem fins lucrativos.



Maria Lucia Fattorelli durante apresentação do relatório no Parlamento Grego, no dia 17 de junho de 2015.
(Foto: Divulgação)

Segundo avaliação de Maria Lucia, que é auditora aposentada da Receita Federal, a dívida grega é "ilegal e ilegítima", e o **acordo fechado entre a Grécia e seus credores** "é insustentável e dentro de pouco tempo haverá outra crise ainda mais difícil".

Leia abaixo trechos da entrevista feita com Maria Lucia Fattorelli por e-mail.

Como essa auditoria foi conduzida?

A iniciativa da auditoria foi do Parlamento Grego, que indicou um Comitê composto por 34 pessoas, sendo 14 estrangeiros. O coordenador científico foi Eric Toussaint, belga, coordenador e presidente do CADTM [Comitê para Anulação da Dívida do Terceiro Mundo].

Os mais de € 300 bilhões que a Grécia precisa pagar aos credores superam o limite de 60% do PIB que o país prometeu manter em um pacto para poder adotar o euro como moeda

Da América Latina foram indicadas apenas duas pessoas: eu e Diego Borja [equatoriano, ex-presidente do Banco Central]. Participam juristas e economistas – a imensa maioria europeus. Por enquanto, foi realizado um trabalho preliminar de apenas sete semanas e consistiu na análise de documentos, como acordos, balanços do Banco Central da Grécia, do Banco Central Europeu, relatórios do Fundo grego e demais documentos disponíveis.

Já chegaram a alguma conclusão ou ainda está em andamento?

A conclusão desse trabalho preliminar está expressa no [relatório preliminar](#), publicado pelo Parlamento grego, segundo o qual a dívida grega é ilegal e ilegítima. A previsão é retomar os trabalhos em setembro.

Como surgiu o convite para trabalhar na auditoria da dívida grega?

Tive oportunidade de participar, em maio de 2011, de uma grande conferência em Atenas sobre dívida e austeridade.

Quando me enviaram o convite, solicitaram que eu preparasse um breve artigo de duas páginas sobre o tema que iria tratar: auditoria da dívida. A partir deste, solicitaram, se possível, que enviasse um texto mais longo para que pudessem compreender bem a ferramenta da auditoria da dívida, além de tomar conhecimento das experiências da Auditoria Cidadã da Dívida no Brasil, das investigações realizadas pela Comissão Parlamentar sobre a Dívida Pública [realizada na Câmara dos Deputados – 2009/2010] e, especialmente, sobre a exitosa experiência de auditoria oficial da dívida equatoriana [2007/2008].

Enviei um longo texto de cerca de 40 páginas. E qual não foi a surpresa ao chegar em Atenas para participar da conferência: haviam publicado um livro em grego, com meu texto e outro do cientista político Eric Toussaint.

Você morava na Grécia? Como foi? Onde mora agora?

Não. Resido em Brasília e estive em Atenas durante 7 semanas para colaborar com os trabalhos da comissão de auditoria da dívida grega.

Você acha que existe alguma relação entre a condução econômica da Grécia e do Brasil?

Há diferenças, evidentemente, mas a atuação do “Sistema da Dívida” contém muitas semelhanças, pois tal sistema se repete no mundo todo. O “Sistema da Dívida” corresponde à utilização do endividamento público às avessas, ou seja, em vez de servir para aportar recursos ao Estado, o processo de endividamento tem funcionado como um instrumento que promove uma contínua e crescente subtração de recursos públicos, que são direcionados principalmente ao setor financeiro privado.

Esse esquema funciona por meio de diversos mecanismos que geram dívidas, na maioria das vezes sem qualquer contrapartida real, seguidos de outros mecanismos que promovem seu contínuo crescimento. Para operar, tal sistema conta com um conjunto de engrenagens articuladas compostas por privilégios legais, políticos, econômicos, em conjunto com a grande mídia, além de determinante suporte dos organismos financeiros internacionais para impor medidas que favorecem a atuação do “Sistema da Dívida”.

O que achou do acordo fechado com os credores?

Foi lastimável, e é evidente que houve uma pressão enorme, pois em uma semana o primeiro Ministro Alexis Tsipras convocou o referendo e afirmou publicamente que se o povo dissesse sim ele renunciaria ao seu cargo. O povo disse “não” e ele passou a defender o acordo que poucos dias antes repudiava. É preciso considerar não apenas a imensa absurda disparidade de correlação entre partes (de um lado a Grécia sozinha e de outro o FMI, o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia, bancos privados e outros países europeus, principalmente a Alemanha), mas também a situação geopolítica, já que a Grécia é um país da Otan [Organização do Tratado do Atlântico Norte - é uma organização militar comum de defesa].

O acordo só fará agravar a já complicadíssima situação da economia grega, aprofundando ainda mais a crise humanitária. É insustentável e dentro de pouco tempo haverá outra crise ainda mais difícil.

Como você enxerga o desfecho da crise grega? Acha possível o país ter de sair da zona do euro?

O país chegou a uma verdadeira crise humanitária em decorrência de exigências impostas pela Troika, que utilizou o país para acobertar um grande plano de salvamento bancário lançado na mesma data em que foi divulgado o plano de socorro à Grécia em maio de 2010.

A Grécia só sairá da zona do euro se desejar. Os demais países não a expulsarão, até porque inexistente previsão legal para isso, já que os princípios que nortearam a organização da Comunidade Europeia foram a solidariedade, a cooperação, colaboração etc., princípios bem distantes do que estamos assistindo diante da dominação financeira que tomou conta da região.

Ademais, não interessa ao setor financeiro privado a saída da Grécia, pois tal fato precipitaria ainda mais a revelação do desastroso salvamento bancário implementado na região, pois não poderiam continuar utilizando a Grécia como cenário para encobrir esse escândalo.

Infelizmente, apesar do enorme apoio popular e pelas evidências de irregularidades e ilegalidades nos acordos de dívida feitos a partir de 2010, não é nada fácil para a Grécia enfrentar, sozinha, a enorme pressão exercida pelo setor financeiro privado, pela Troika e alguns países do bloco. Há uma tremenda ilegalidade aí, pois sequer o equilíbrio entre as partes, essência para que um acordo seja considerado legítimo, está presente.

RESUMO DO CASO

- *A Grécia enfrenta uma forte crise econômica por ter gastado mais do que podia.*
- *Essa dívida foi financiada por empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do resto da Europa.*
- *Em 30 de junho, venceu uma parcela de € 1,6 bilhão da dívida com o FMI. Então, o país entrou em "default" (situação de calote), o que pode resultar na sua saída da zona do euro. Essa saída não é automática e, se acontecer, pode demorar. Não existe um mecanismo de*

"expulsão" de um país da zona do euro. No dia 13 de julho, outra dívida com o FMI deixou de ser paga, de € 450 milhões.

- Como a crise ficou mais grave, os bancos estão fechados para evitar que os gregos saquem tudo o que têm e quebrem as instituições.

- A Grécia depende de recursos da Europa para manter sua economia funcionando. Os europeus, no entanto, exigem que o país corte gastos e aumente impostos para liberar mais dinheiro. O prazo para renovar essa ajuda também venceu em 30 de junho.

- Em 5 de julho, os gregos foram às urnas para decidir se concordam com as condições europeias para o empréstimo, e decidiram pelo "não".

- Os líderes europeus concordaram em fazer um terceiro programa de resgate para a Grécia, de até € 85 bilhões, mas ainda exigem medidas duras, como aumento de impostos, reformas no sistema previdenciário e mais privatizações.

- O parlamento grego aprovou na quarta-feira (15) o primeiro pacote de reformas para conseguir dinheiro para saldar parte do que deve aos credores. Com isso, o Eurogrupo deu aval prévio ao empréstimo.

- Em 17 de julho, a União Europeia aprovou uma antecipação de € 7,16 bilhões do pacote de ajuda que vem sendo negociado, para que o país não dê "calote" no pagamento de € 3,5 bilhões que tem que fazer na segunda-feira ao Banco Central Europeu (BCE).

- No dia 20 de julho, a Grécia pagou os recursos devidos ao FMI e foi declarada adimplente pelo órgão.

- A Europa pressiona para que a Grécia aceite as condições e fique na zona do euro. Isso porque uma saída pode prejudicar a confiança do mundo na região e na moeda única.

- Para a Grécia, a saída do euro significa retomar o controle sobre sua política monetária (que hoje é "terceirizada" para o BC europeu), o que pode ajudar nas exportações, entre outras coisas, mas também deve fechar o país para a entrada de capital estrangeiro e agravar a crise econômica.

- [Alexis Tsipras](#),
- [Economia](#),
- [Grécia](#)